



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Anexo I: Justificativas

Finalidade: Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:

Os serviços terceirizados especializados demandados destinam-se à prestação de serviços comuns de engenharia para supervisão de obras dos instrumentos da Codevasf, definidos no Art. 3º, inciso VII do decreto nº 10.024/2019, conforme disposto no decreto nº 9.507 de 21 de setembro de 2018, na IN nº 5, de 26 de maio de 2017 e nas demais disposições a serem estabelecidas no Edital e seus Anexos, sendo necessários ao bom andamento dos serviços de supervisão no âmbito da Codevasf.

Dentre as ações da Codevasf relacionadas à infraestrutura urbana e rural, destaca-se a atuação na melhoria nas condições socio ambientais, sanitárias e econômicas da população residente nos municípios beneficiados. Para tanto, a contratação dos serviços de supervisão torna-se um pilar básico na eficácia e qualidade das ações do desenvolvimento e na melhoria das obras de infraestrutura, visando dotar os municípios de condições viárias estruturantes em benefício direto à população. As demandas vêm de acordo com a necessidade local de cada região do estado, e muitas das vezes chegam pulverizada no estado inteiro, para facilitar a logística em viagens distantes, que muitas vezes demoram dias, faz-se necessário o melhor uso de recursos humanos. Considerando que a 8ª SR Codevasf não dispõe, em seu quadro funcional, de pessoal suficiente para o acompanhamento rotineiro dos serviços objetos dos instrumentos. Considerando que, diante das limitações impostas, com o número de instrumentos, logística de viagens, e a gestão dos instrumentos, a contratação de particular constitui a alternativa mais eficiente e eficaz para a Codevasf, na sua missão de atuar com base em planos de desenvolvimento regional e local, beneficiando a população nas áreas de sua atuação. Visando um equilíbrio entre os serviços de campo e escritório, de forma temporária, a opção é a mais vantajosa visto que os instrumentos executados têm prazo de término, e assim sendo necessário adaptar a equipe dimensionando conforme novas demandas e os recursos que chegam anualmente na gerência de infraestrutura. Sendo tais serviços caracterizados como continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, para dar suporte técnico à equipe da Codevasf, visando à eficiência e efetividade na fiscalização e acompanhamento de contratos e convênios de obras e serviços de engenharia na área de abrangência da Codevasf. A contratação visa, de forma geral, a manutenção e suprimento necessário na prestação de serviços de apoio à fiscalização com consultoria, elaboração de projetos, levantamentos de dados e informações em campo, emissão de relatórios que irá **embasar a tomada de decisão do fiscal/gestor nos instrumentos** espalhados em todo o Maranhão. Os serviços são técnicos especializados por vários motivos, entre os quais destacamos que serão serviços executados por profissionais com formação técnica específica, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe, com emissão de documentos técnicos, inclusive com as devidas anotações, registros ou termos de responsabilidade técnica, ou seja, só podem ser executados por profissionais especializados e que tenham expertise dentro da sua área/formação e com experiência em apoio à fiscalização.

Esta contratação permitirá um melhor gerenciamento dos serviços prestados, atendimento às demandas de contratos já firmados e contratos futuros, minimizando os riscos de eventuais prejuízos à administração pública e/ou de comprometimento da qualidade dessas atividades.

Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:

Inicialmente, cumpre destacar que esta Unidade Técnica, em conformidade com o art. 29 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos e com os arts. 3º e 4º do Decreto nº 7.983/2013, entende ser plenamente vantajosa a adoção dos referenciais SINAPI e SICRO para a estimativa dos valores da presente contratação. Isso porque tais parâmetros constituem o método mais fidedigno, transparente e objetivo para a fixação de preços em serviços comuns de engenharia, ainda que se trate de contratação de natureza continuada, garantindo à Administração a obtenção da proposta mais adequada e vantajosa.

Considerando a necessidade de embasar tecnicamente a natureza do objeto da presente contratação, registra-se que a discussão posta em exame versa sobre o correto enquadramento dos serviços de supervisão, com serviços de apoio



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

à fiscalização, controle tecnológico e topografia), sendo serviços eminentemente técnicos e atinentes à área de engenharia, tendo havido manifestação no sentido de caracterizá-los como uma contratação de serviço continuado com fornecimento exclusivo de mão de obra, apenas. Contudo, é necessário destacar que o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf – RILC, ao tratar das contratações, dispõe em seu artigo 29 que para a contratação de obra ou serviço de engenharia o procedimento de pesquisa de preços deverá observar as determinações normativas em vigor, notadamente a Lei nº 13.303/2016 e, subsidiariamente, o Decreto nº 7.983/2013.

Ressalte-se, entretanto, que o RILC e o referido Decreto não trazem definição expressa do que seja serviço de engenharia, apenas fazem menção a obras, o que impõe a aplicação supletiva da Lei nº 14.133/2021, conforme autoriza o artigo 1º do RILC e o rol de normativos externos aplicáveis constantes do próprio regulamento.

A Lei nº 14.133/2021 apresenta em seu artigo 6º, inciso XXI, a definição legal de serviço de engenharia, estabelecendo que se trata de toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração, não enquadradas no conceito de obra, mas privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados. A mesma norma ainda distingue entre serviço comum de engenharia, quando as ações podem ser objetivamente padronizadas em termos de desempenho e qualidade, e serviço especial de engenharia, quando há elevada heterogeneidade ou complexidade que inviabiliza tal padronização.

No mesmo dispositivo, em seu inciso XII, a Lei nº 14.133 define obra como atividade que implica intervenção no meio ambiente ou alteração substancial das características de um bem imóvel, estabelecendo, portanto, distinção conceitual clara entre obra e serviço de engenharia, ambos de natureza privativa de profissionais legalmente habilitados.

Diante desse quadro normativo, verifica-se que, embora o RILC e o Decreto nº 7.983/2013 não tragam definição expressa de serviço de engenharia, a Lei nº 14.133/2021 — integrante do rol de legislações aplicáveis à Codevasf — supre essa lacuna conceitual e deve ser adotada como parâmetro interpretativo. Os serviços ora em debate, referentes à supervisão técnica, fiscalização de obras, controle de qualidade e apoio especializado, enquadram-se precisamente no conceito legal de serviço de engenharia previsto no referido diploma. Ademais, reforça esse enquadramento o fato de se tratarem de atividades técnicas de caráter intelectual e especializado, que exigem emissão de ART, observância às normas técnicas da ABNT e execução exclusiva por engenheiros e técnicos devidamente habilitados.

Esse outro ponto de vista advém da Lei Federal nº 5.194/66 que regulamenta a atividade dos profissionais de engenharia, caracterizando serviço de engenharia como uma atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional de habilitado em engenharia. O IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas), inclusive detalha as atividades, na sua orientação técnica, a OT 02/2009, de quais seriam essas atividades:

*Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, **estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento.** (Grifou-se)*

Assim, fica demonstrado que a contratação não pode ser reduzida a simples fornecimento de mão de obra, pois os profissionais não são disponibilizados de forma genérica, mas sim para a execução de atividades privativas de engenharia, com responsabilidade técnica própria e resultados específicos esperados. A caracterização como serviço



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

de engenharia, de acordo com embasamento legal e técnico aqui demonstrado, assegura a correta instrução processual e a adequada observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Prosseguindo e já entendendo que se trata, tanto de um contrato de fornecimento de mão de obra como de serviço de engenharia, retornando ao RILC, considerando o disposto no artigo 29 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, verifica-se que, para a contratação de obra ou serviço de engenharia, o procedimento de pesquisa de preços deve observar a Lei nº 13.303/2016 e, subsidiariamente, o Decreto nº 7.983/2013. O §1º do artigo 29 do referido dispositivo é categórico ao determinar que o orçamento de referência do custo global de obras e serviços de engenharia deve ser obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) ou, no caso de obras de infraestrutura de transportes, do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO).

Ademais, já ampliando a justificativa para demais tabelas utilizadas no orçamento, quando os itens não estiverem presentes nas tabelas do SINAPI ou do SICRO, para munir o orçamento de outros preços oficiais, quando não constantes nas duas tabelas mencionadas, sendo salutar fazer uso de outras tabelas oficiais similares. Esse entendimento corrobora com o §2º do artigo 29 quando é mencionado o uso de sistemas específicos instituídos para o setor. Esse entendimento também é validado pelo TCU:

*"A jurisprudência colacionada pela unidade especializada também aponta para a possibilidade de conjugar, na avaliação da economicidade de contrato de obra pública, **diferentes sistemas referenciais de preços, especialmente as fontes oficiais de consulta**, desde que o procedimento seja compatível com as condições de execução da obra e as especificações do projeto (Acórdãos 304/2020 e 1.890/2020-Plenário; Relatores: Min. Benjamin Zymler e Min. Subst. Marcos Bemquerer, respectivamente). (Grifou-se)*

Não obstante a obrigatoriedade de adoção do SINAPI e do SICRO como balizadores centrais do orçamento, é plenamente possível e juridicamente admitido complementar tais referenciais com outros sistemas ou tabelas oficiais de preços, desde que igualmente reconhecidos pela Administração Pública e que guardem pertinência técnica com o objeto, sendo utilizados preços referenciais que são utilizados em contratações similares no setor. Em primeiro lugar, assegura-se a economicidade, pois a utilização de referenciais públicos e auditáveis reduz o risco de sobrepreço e garante que a estimativa de custos esteja ancorada em parâmetros fidedignos de mercado, evitando arbitrariedades. Em segundo lugar, promove-se a transparência, uma vez que os preços de referência se baseiam em sistemas acessíveis e verificáveis, permitindo que qualquer interessado, inclusive os órgãos de controle, possa aferir a compatibilidade dos valores orçados. Também se concretiza o princípio da isonomia e competitividade, já que todos os licitantes têm acesso às mesmas bases de preços, sem privilégios informacionais. Ademais, o uso dessas tabelas fortalece a segurança jurídica, pois demonstra que a Administração atuou conforme critérios objetivos, previsíveis e previamente estabelecidos em normas oficiais, afastando subjetividades na formação do orçamento.

Tais previsões encontram-se em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, que tem reiteradamente fixado a obrigatoriedade do uso de referenciais oficiais para a elaboração de orçamentos de obras e serviços de engenharia, como mecanismo de prevenção a sobrepreço e superfaturamento, bem como de garantia da economicidade e da vantajosidade das contratações.

Dessa forma, ao adotar o SINAPI e o SICRO como base principal e, quando necessário, recorrer a tabelas complementares reconhecidas oficialmente, a Codevasf cumpre integralmente o que dispõe o art. 29 do RILC, o Decreto nº 7.983/2013 e a Lei nº 14.133/2021, assegurando a legalidade, a legitimidade e a economicidade da contratação, bem como a caracterização do objeto como serviço de engenharia.

Das exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Os itens que compõem a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente Termo de Referência têm por finalidade assegurar que a contratada possua experiência comprovada e condições técnicas adequadas para a execução dos serviços. Considerando que o objeto se refere a supervisão e fiscalização em obras de infraestrutura rodoviária (pavimentação asfáltica e pontes), ou ainda serviços de natureza similar, como gerenciamento, supervisão de obras e elaboração de estudos e projetos, mostra-se imprescindível que a empresa demonstre know-how técnico-operacional compatível com a complexidade e as especificações requeridas. Adotando-se a comprovação de 50% no tempo de serviço do profissional, conforme plano de cargos de referência da composição (DNIT)

Para tanto, será admitida a apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) e/ou Certidão de Acervo Operacional (CAO), sendo permitido o somatório entre ambas para fins de habilitação. Tal medida justifica-se na busca de garantir que a empresa possua tanto o respaldo institucional em serviços já executados, quanto profissionais devidamente qualificados, com atribuições registradas em seus respectivos conselhos de classe, aptos a conduzir e apoiar tecnicamente as atividades.

Essa exigência alinha-se às necessidades da 8ª Superintendência Regional da Codevasf, a qual executa obras de grande relevância em infraestrutura rodoviária, exigindo da contratada equipe técnica especializada, conhecimento prático e segurança na aplicação de normas e especificações técnicas, a fim de assegurar eficiência, qualidade e conformidade na execução dos serviços.

Da qualificação econômico-financeira (Índices Econômicos):

A Constituição Federal do Brasil, especificamente a norma prescrita no Art. 37, XXI, autoriza, no processo de licitação pública, que a administração exija, nos termos da lei, qualificação econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações às quais o licitante se propõe a cumprir na forma do futuro contrato. A Lei 13.303/2016, Art. 58, II, preceitua, nesta seara, que um dos parâmetros exclusivos de apreciação da habilitação do licitante é capacidade econômica e financeira. Diante deste conjunto normativo, o administrador depara-se, também, com a jurisprudência sedimentada na Súmula nº 289 da Corte de Contas da União, a quem a Empresa Pública deve cumprimento. A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. É prerrogativa da administração, e via de regra, dever aferir objetivamente a capacidade do futuro contratado, não para construir um muro inútil de restrições comprometendo o caráter competitivo da licitação, mas para prevenir a adjudicação de objetos licitados a contratados sem condições de honrar os compromissos assumidos perante ela. A administração deve ter percuciência ao definir os índices de avaliação da capacidade econômico-financeira de quem se proporá a executar o objeto em licitação, de modo a conquistar a garantia da execução do contrato e evitar restringir o caráter competitivo do certame. Diante da legislação e da jurisprudência alhures citadas, define-se nesta oportunidade, dois índices contábeis de liquidez e um de solvência com a finalidade, necessária, conveniente e oportuna de escolher a melhor proposta, cujo autor apresente capacidade econômico-financeira de bem executar o objeto contratado, sem surpresas no curso da avença. Os índices escolhidos apresentam parâmetros atualizados de mercado, pois, os de liquidez são considerados, pela doutrina contábil, e pela Administração Pública que os utiliza constante e hodiernamente, próprios para o fim a que se está aplicando nesta licitação. Tais índice, inclusive e para demonstrar que possuem parâmetros atualizados, são a base de avaliação econômica aferida pela IN nº 03/2018-MP que instituiu o SICAF (cadastro da Administração Pública Federal, condição absoluta para a participação nas licitações eletrônicas da União). Ademais, como a própria súmula indica, não há vedação à adoção de outros índices, desde que não queira medir a rentabilidade ou lucratividade da proponente e atenda às características do objeto licitado, como é o caso do índice de solvência geral. O consciente de cada índice deve ser pelo menos um. O ideal é que seja superior a um, o que demonstrar ter capacidade plena de cumprir os compromissos.

1. Liquidez Geral. É a liquidez a curto e longo prazo. Identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto e longo Prazo. Ou seja, quanto possui a empresa no AC+RLP para cada real a pagar (PC+RLP). Demonstra a segurança no crescimento. Quanto maior que um, maior a capacidade de honrar os compromissos.
2. Solvência Geral. É a capacidade de uma empresa de honrar todos os seus compromissos financeiros a curto e longo prazo. Identifica a segurança apresentada, para pagar todos compromissos e ainda permanecer com reserva considerável, o que assegura sua sobrevivência por



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

bom tempo no mercado. Mostra o quanto a empresa possui em seu ativo total para pagar cada real do passivo (menos o patrimônio Líquido).

3. Liquidez Corrente. É a liquidez a curto prazo. Identifica a capacidade de pagamento a curto prazo. Mostra o quanto há de ativo circulante para cada real de dívida a curto prazo.

Por tudo que se expôs, afigura-se plenamente razoável que a Codevasf disponha, como critério de aferição da saúde econômico-financeira das empresas que se proponham a com ela contratar, destes índices econômicos, pois, necessários, não para alijar do processo licitatório quem não os conseguir atendê-los, senão para possibilitar-lhe escolher a melhor proposta e a garantia da boa execução do objeto que ora lança na praça aos interessados em contratar sua execução, sem agredir o caráter competitivo da licitação.

Da apresentação de Capital Social:

Com base na Súmula 275 do Tribunal de Contas da União, será exigida na presente licitação a apresentação de capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf no item (lote) da licitação a que concorrer, tendo em vista que a qualificação econômico-financeira visa demonstrar que a licitante dispõe, em tese, de capacidade financeira para executar os serviços de pavimentação a ser licitado. Em análise aos processos administrativos de penalização aplicados por esta Superintendência Regional, verificamos a ocorrência de fornecedores sancionados por inexecução das Ordens de Serviços de pavimentação. Sendo assim, tal exigência possibilita a prevenção da seleção de empresas sem condições financeiras para a mobilização das frentes de trabalho, evitando a execução incompleta ou insatisfatória dos serviços. Ademais, tende a dirimir possível inexecução total ou parcial por empresas “aventureiras”, afastando o prejuízo no benefício social a ser alcançado com a contratação e a perda do orçamento.

Da necessidade da contratação:

A necessidade é demonstrada considerando as atividades presente nos serviços de campo e escritório dos vários instrumentos da empresa, adaptando a equipe conforme recursos e mão de obra devido as demandas na gerência de infraestrutura. Sendo tais serviços caracterizados como continuados e com dedicação exclusiva de mão de obra, para dar suporte técnico e o embasamento necessário para tomadas de decisões para a equipe da Codevasf, visando à eficiência e efetividade na fiscalização e acompanhamento nas obras, na busca do equilíbrio das atividades a contratação de terceiros de forma temporária.

Serviço Comum de Engenharia:

Os serviços a serem licitados demandam a participação e acompanhamento de profissionais engenheiros habilitados, são padronizáveis em termos de desempenho e qualidade e são amplamente difundidos podendo ser definidos mediante especificações usuais de mercado.

Serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra

Os serviços especificados neste Termo de Referência são destinados ao apoio à fiscalização de obras de pavimentação e/ou pontes. Na Codevasf, tais obras representam uma constante desde 2019, mantendo um ritmo contínuo na execução dos contratos já celebrados (na maioria das vezes, a execução de tais contratos supera o exercício financeiro), assim como na celebração de novos contratos. Dessa forma, para acompanhar a continuidade das obras de pavimentação e/ou pontes e garantir a boa execução das obras e a entrega de um produto com a qualidade adequada, assim como a boa aplicação dos recursos, o apoio à fiscalização caracteriza-se como serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra

Da adoção do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação dos serviços de supervisão técnica justifica-se com fundamento no art. 3º, incisos I, II e V, do Decreto nº 11.462/2023, tendo em vista as características do objeto, a natureza das demandas e a conveniência administrativa envolvida.

Os serviços de supervisão apresentam natureza recorrente e de relativa simplicidade técnica, sendo frequentemente demandados para apoiar as equipes de engenharia da 8ª SR Codevasf na execução e acompanhamento de contratos



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

e instrumentos de repasse (convênios), com o objetivo de municiar os engenheiros com informações técnicas e gerenciais necessárias ao bom andamento das obras e serviços sob sua responsabilidade.

Além disso, a previsão de novas contratações decorre, em grande parte, da liberação de recursos provenientes de emendas parlamentares, os quais partes são reservados para custeio e manutenção das atividades correlatas à execução dos empreendimentos. Essa característica torna o planejamento das contratações dependente da efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, o que impede a definição prévia e exata do quantitativo de serviços a ser demandado. Dessa forma, o uso do Sistema de Registro de Preços revela-se tecnicamente viável e administrativamente conveniente, pois possibilita à Administração:

- Contratar os serviços conforme a necessidade e a disponibilidade de recursos;
- Garantir celeridade e padronização na seleção de prestadores; e
- Permitir contratação por unidade de medida, como posto de trabalho ou hora técnica, conforme previsto no inciso II do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

Da prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço:

Não será permitida a prorrogação da Ata de Registro de Preço.

Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:

A divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) **não será admitida**, tendo em vista que o presente objeto é de especificidade da Codevasf.

Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:

Sim – Será admitida a adesão apenas das Superintendências Regionais e da Sede da Codevasf, considerando que o objeto em questão é específico da Codevasf.

Divulgação do valor orçado:

Público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Critério de Julgamento:

Maior Desconto: Justifica-se o critério de julgamento com base no princípio da economicidade. A qualidade do serviço/obra não possui risco de ser afetada por se tratar de prestação de serviço comum de engenharia, com padrões de desempenho e qualidade mínimos definidos objetivamente neste TR, para efeito de julgamento das propostas, execução do objeto e fiscalização do contrato.

Regime de execução:

Empreitada por Preços Unitários: Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente executadas, conforme demanda justificada.

Participação de Consórcios:

Não permitida. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de licitantes, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem licitantes de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Participação de Cooperativa:

Não será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura
8ª Superintendência Regional

Visita:

Não obrigatória. Recomenda-se às LICITANTES que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato. Faz-se necessária simples declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços.

Permissão para Subcontratação:

Sim. Não poderão ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão-somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares e que não dizem respeito às atividades fim da contratada, tendo em vista não ser possível fracionamento dos encargos/obrigações constante neste Termo de Referência. Sendo permitido a subcontratação apenas os serviços de topografia, ensaios de laboratório e alugueis de equipamentos/ veículos

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual. Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato ou Instrumento Equivalente

Desapropriação:

Não aplicável. Os serviços serão executados em vias públicas estaduais e municipais, desta forma não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, assim sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Justificativa vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens(lotes)

O parcelamento do objeto não traz benefícios à Administração Pública, haja vista que os serviços de engenharia que compõem o objeto de contratação, pela sua natureza, não comportam parcelamento, compreendem serviços comuns, voltado ao apoio e à supervisão de fiscalização para diversos tipos de obras civis, como obras rodoviárias, de pontes e de infraestrutura urbana e rural. Além disso, a execução parcelada e independente, por lote, dos serviços dificulta a gestão contratual e a progressão dos trabalhos, sendo que seus quantitativos não são atrativos economicamente para esse tipo de parcelamento. Com isso, promove-se mais economia e eficiência a contratação do objeto em único lote, em busca de preços vantajosos, considerando o uso mais proveitoso de equipamentos e mão-de-obra.

Garantia do Objeto:

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O contratado responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

Licença Ambiental:

Não aplicável. Por se tratar de um serviço comum de fiscalização e consultoria, por tanto não será exigida.